

O BRASIL E  
Dívida: os credores à

ESTADO DE S. PAULO — Quinta-feira, 27-12-84

A partir de janeiro, as amortizações da dívida externa deverão entrar "em compasso de espera", até que haja uma definição do próximo governo quanto ao rumo das negociações. Isto não impede, porém, que o atual governo cuide de introduzir, nos contratos de empréstimo, "cláusulas preventivas", contra uma possível nova elevação dos juros. A afirmação foi feita ontem no Rio pelo vice-presidente do Unibanco, Marcellio



**Os banqueiros credores esperam uma definição do próximo governo sobre a dívida externa. Até lá, as negociações sobre a matéria ficarão "em compasso de espera".**

em 1986 cairão para 33% e, em 1990, baixarão para 21%. Ele admitiu que o comprometimento do superávit comercial futuro, como pagamento de juros, poderá continuar sendo muito grande, mas ressaltou que esta perspectiva deve ser combinada com a de uma taxa de crescimento da economia brasileira entre 5% e 7%. Além disso as previsões adotadas para a taxa de juros em 1985 estão superestimadas, che-

Marques Moreira (foto acima, à esquerda). "Não acredito que nenhum credor se oponha a isso (à inclusão de cláusulas preventivas)", disse ele, lembrando que Brasil e México são considerados um risco para o sistema bancário internacional, ou seja, a sobrevivência dos bancos depende do recebimento do dinheiro que lhes é devido pelos dois países. Também o momento é de maior crescimento, juros menores e de inflação em baixa, em termos mundiais.

A fase de transição política no Brasil deve ser entendida como "um período de busca de alternativas dentro da normalidade e não no sentido de uma ruptura, para obter a convergência entre os diversos interesses envolvidos — os do atual governo, os da próxima gestão presidencial, bancos credores e Fundo Monetário Internacional, além dos governos dos países credores". Segundo ele, o Brasil, nas condições atuais, pode pagar seus compromissos com os encargos da dívida, na medida em que, tudo somado, houve uma queda de 6% nesses encargos nos últimos meses.

O vice-presidente do Unibanco assinalou que os encargos da dívida vêm tendo comportamento favorável. "É uma realidade inegável". A Libor (taxa do mercado interbancário de Londres) sofreu queda de 13% para 9% — uma diferença de quatro pontos percentuais. A própria passagem da prime rate (taxa de aplicação do mercado norte-americano) para a Libor como referência para os encargos representou uma diferença de pelo menos um ponto percentual a menos.

Ainda segundo Marques Moreira, mais um ponto percentual pode ser deduzido a título de diminuição da taxa de risco cobrada pelos bancos ao nível da que foi acertada com o México — 1,125% contra os 2,125% a 2,0625% atuais pagos pelo Brasil. A redução global de seis pontos percentuais — disse o banqueiro — representa algo considerável sobre o volume de cerca de Cr\$ 50 bilhões em negociação até 1990-91, algo em torno de Cr\$ 3 bilhões a menos nos encargos.

O vice-presidente do Unibanco apresentou recentes projeções do grupo Morgan para a evolução dos juros da dívida sobre as exportações totais do Brasil, para concluir pela viabilidade do pagamento nas condições atuais: em 1983, os juros representaram 42% das exportações, em 1984 ficarão perto de 38%,

gando a 11,5% (Libor) e "não há nenhum indicador de que isso vá ocorrer, pois estamos num momento de inflexão".

**"Herança pesada"**

Enquanto o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Octávio Vieira, previa ontem, com base em informações de sua assessoria econômica, que a contenção da inflação e do déficit público "serão uma pesada herança para o governo que assumir em março", o presidente da Câmara Brasileira da Construção Civil, Luiz Roberto Andrade Ponte (foto acima à direita) dizia que não dá a menor importância às promessas que o atual governo está fazendo ao FMI na sétima carta de intenções, que deverá ser assinada em fevereiro. Andrade Ponte considera inviável baixar a inflação para 120% como diz a carta.

— De qualquer forma este é um cacife que o doutor Tancredo Neves terá em mãos se quiser aplicar uma política mais heróica de contenção da inflação sem se desgastar politicamente. Com o prestígio com que assumirá o governo, ele pode usar o argumento da promessa feita ao FMI para aplicar algumas medidas mais drásticas na contenção dos índices inflacionários, mas isto é o seu governo que vai decidir.

Ele não quis comentar a promessa de contenção da expansão da base monetária em 60%, alegando que esta não é a sua especialidade, mas considerou muito positiva a decisão de eliminar os subsídios. Para Andrade Ponte, este será um fator importante na redução do déficit público e, portanto, na baixa dos juros e na inflação em geral, que fechará este ano em aproximadamente 225%.

Já Luiz Octávio Vieira comentou o não cumprimento das promessas feitas na sexta carta ao FMI, observando que o "déficit público chegará ao fim do ano representando 25% do Produto Interno Bruto enquanto que a dívida pública, de Cr\$ 25,3 trilhões no ano passado, chegará ao final deste ano em Cr\$ 92,4 trilhões. Quanto à expansão da base monetária, que ficaria em 50%, deverá chegar a 105,2% e 132,3%, respectivamente. E os empréstimos ao setor privado, que não deveriam crescer mais de 70%, terão um incremento próximo de 172,6% neste ano. Na opinião do empresário, o próximo governo terá alguma dificuldade para reverter números tão desfavoráveis.